

**ORGANIZATION OF
AFRICAN UNITY**

**ORGANIZAÇÃO DA
UNIDADE AFRICANA**



**ORGANISATION DE
L'UNITE AFRICAINE**

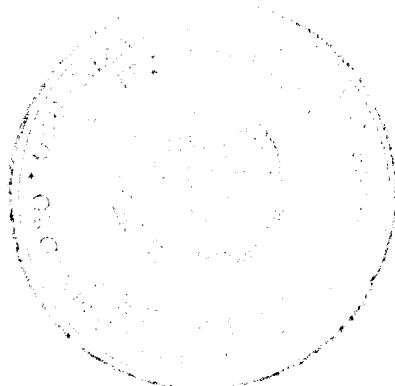
منظمة الوحدة الأفريقية

Addis Ababa - Ethiopia P. O. Box: 3243 Tel. 51 77 00 Telex: 21046 Fax: (251 1) 51 30 36

**SEPTUAGÉSIMA-QUINTA SESSÃO
ORDINÁRIA DO ÓRGÃO CENTRAL DO
MECANISMO DA OUA PARA A PREVENÇÃO,
GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS A
NÍVEL DE EMBAIXADORES
ADIS ABEBA, QUARTA-FEIRA,
22 DE AGOSTO DE 2001**

**CENTRAL ORGAN/MEC/AMB/3 (LXXV)
Original: Inglês**

**RELATÓRIO DO SECRETÁRIO GERAL SOBRE
A SITUAÇÃO NAS COMORES**



RELATÓRIO DO SECRETÁRIO GERAL SOBRE A SITUAÇÃO NAS COMORES

II. Introdução

1. Deve ser recordado que a situação na República Federal Islâmica das Comores foi largamente discutida durante a 74ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros que teve lugar em Lusaka, Zâmbia de 5 a 8 de Julho de 2001. No final das deliberações, o Conselho adoptou a Decisão CM/Dec. 591 (LXXIV) através da qual, inter alia:

- i) saudou os progressos alcançados na implementação do Acordo-Quadro para a Reconciliação nas Comores, assinado em 17 de Fevereiro de 2001, em particular o estabelecimento e o início dos trabalhos de quase todas as Comissões e Sub-comissões previstas no Acordo-Quadro;
- ii) decidiu, sob recomendação dos países da região e da Tróika da OUA e tomando em consideração os progressos alcançados no processo de reconciliação, o levantamento definitivo das medidas adoptadas pela OUA contra a direcção do Movimento Separatistas Anjouanense.

2. Antes da consideração desta questão pelo Conselho, os Ministros dos países da região e a Tróika da OUA realizaram uma reunião informal em 5 de Julho de 2001, à margem da 74ª Sessão Ordinária do Conselho. Durante a sua reunião, os Ministros passaram em revista a situação no país, à luz dos resultados da visita ministerial ao Arquipélago que teve lugar de 4 a 7 de Junho de 2001. Os Ministros acordaram ainda, entre outras decisões, enviar uma delegação da OUA às Comores, a ser conduzida pelo Enviado Especial do Secretário Geral às Comores, o Ministro Francisco Madeira.

3. O presente relatório analisa o estado de implementação do Acordo-Quadro, realça algumas questões importantes que ainda estão por resolver e propõe algumas recomendações sobre a via em frente.

II. Estado de Implementação do Acordo-Quadro

4. O Órgão Central poderá estar interessado em registar que quase todos os instrumentos de implementação previstos no Acordo-Quadro foram estabelecidos e estão em funcionamento. Eles incluem o Comité de Acompanhamento, a Comissão Tripartida para a Reconciliação Nacional e a definição do Novo Ensemble Comoriano e a Comissão Eleitoral Nacional Independente.

5. O Comité de Acompanhamento, o primeiro instrumento a ser estabelecido, é constituído por nove (9) membros que representam as três principais partes comorianas (a saber, o Governo Central, a Autoridade de Anjouan e a oposição), bem como os representantes da OUA, a Francofonia, a Liga dos Estados Árabes e o Governo das Maurícias. Ele foi formalmente criado em 15 de Março de 2001, mas iniciou efectivamente as suas actividades em 5 de Abril de 2001. O Comité de Acompanhamento reúne-se uma vez por mês em sessões ordinárias e também em sessões extraordinárias, em caso de necessidade. Uma mesa integrando representantes das três principais partes significativas, responde pelas actividades quotidianas do Comité de Acompanhamento.

6. O estabelecimento da Comissão Tripartida teve lugar em 20 de Maio de 2001. A Comissão Tripartida integra 72 membros, numa proporção de 24 delegados por Ilha. A delegação de cada Ilha inclui oito (8) representantes das três principais partes, em conformidade com o parágrafo 8(i) do Acordo-Quadro. A Comissão Tripartida está sediada em Mohel.

7. Durante a sua primeira reunião que teve lugar de 21 a 23 de Maio de 2001, a Comissão Tripartida estabeleceu os órgãos previstos no Acordo-Quadro, sob a sua autoridade. Eles incluem a Comissão Eleitoral Nacional Independente, a Sub-Comissão Jurídica (isto é que se encarrega da elaboração da Constituição) e a Sub-Comissão responsável pela recolha de armas e re-inserção dos jovens. Ela estabeleceu ainda uma Sub-Comissão responsável pelo Património Público e pelos Mecanismos Financeiros.

8. A Comissão Eleitoral Nacional Independente é constituída por 27 membros igualmente distribuídos pelas três principais partes nas três Ilhas. Embora no espírito do Acordo-Quadro seja a Comissão Tripartida a que tem a autoridade de estabelecer a Comissão Eleitoral Nacional Independente, os membros da Comissão Eleitoral são, todavia, seleccionados independentemente pelas partes que representam. A Comissão Eleitoral tem a sua Sede em Anjouan.

9. A Sub-Comissão Jurídica, que foi estabelecida em Maio de 2001 como parte integrante da Comissão Tripartida, já está em funcionamento. Ela integra 27 membros divididos igualmente entre as três principais partes nas três Ilhas e opera a partir de Mohel.

10. À medida que este relatório estava sendo finalizado, estavam em curso preparativos para o estabelecimento da Sub-Comissão responsável pela recolha de armas e re-inserção de jovens. Uma vez criada, a Sub-Comissão terá a sua Sede em Anjouan. De igual modo, uma Sub-Comissão responsável pelo Património e pelos Mecanismos Financeiros devia ser igualmente estabelecida, nos termos do parágrafo 9(iii) do Acordo-Quadro. Esta Sub-Comissão será responsável pela inventariação de todo o património e avaliação dos activos

e passivos, taxas de juros sobre as dívidas nacionais e estrangeiras, bem como os investimentos feitos pelas Comores desde a independência. A Sub-Comissão, cujos membros serão constituídos de igual forma como as outras Comissões e Sub-Comissões, terá a sua Sede em Moroni.

11. O Órgão Central poderá estar interessado em registar que a Comissão Eleitoral Independente Nacional reuniu-se durante duas semanas e, com a assistência de um perito do PNUD em questões eleitorais e financiamento da OUA, produziu um calendário eleitoral provisório. Foi formulada uma proposta em relação a todas as actividades ligadas ao processo eleitoral – incluindo o recenseamento, o registo de votantes, a educação e sensibilização, a formação dos avaliadores eleitorais, a impressão dos cartões eleitorais, bem como a recolha da logística necessária, que terá início em Setembro de 2001. Entretanto, a revisão da Lei Eleitoral está em curso e será finalizada depois da adopção da Constituição. O calendário propôs igualmente a realização de um referendo em Dezembro de 2001 e eleições gerais a ter lugar entre Fevereiro a Maio de 2002. Segundo o calendário, o estabelecimento do novo quadro institucional deverá ser concluído em finais de Maio ou início de Junho de 2002.

12. Por seu turno, a Sub-Comissão Jurídica reuniu-se durante 18 dias em Julho último para iniciar o processo da elaboração da Constituição. Todavia, quadro chegou a um impasse, a sua Mesa solicitou o Presídium da Comissão Tripartida para remeter a questão ao Comité de Acompanhamento. Depois de examinar as propostas da Comissão Jurídica, o Comité de Acompanhamento preparou um documento contendo os pontos de acordo e desacordo sobre as instituições e os poderes do Novo Ensemble Comoriano e as Ilhas. O Comité de Acompanhamento acordou igualmente submeter o documento a peritos internacionais e nacionais para consideração e directrizes.

13. Subsequentemente, durante uma Reunião dos Amigos das Comores, patrocinada pelo Banco Mundial e que teve lugar em Paris, França em 5 de Julho de 2001, o Governo comoriano formulou um pedido à comunidade internacional reunida em Paris para que providenciasse peritos internacionais sobre questões constitucionais para assistir os seus homólogos comorianos na elaboração da nova Constituição. A União Europeia enviou um desses peritos, tendo a Organização Internacional para a Francofonia disponibilizado dois, enquanto que a OUA disponibilizou um perito de Madagáscar. Os quatro peritos internacionais reuniram-se em Moroni com os seus seis homólogos comorianos (dois de cada Ilha) e iniciou os seus trabalhos na Quarta-feira, 1 de Agosto de 2001. Na altura em que este relatório estava sendo finalização, os peritos já tinham concluído o primeiro projecto da Constituição que seria ulteriormente submetido ao Comité de Acompanhamento e à Comissão Tripartida para discussões. Eu gostaria de reiterar a gratidão da OUA ao Governo do Madagáscar por ter disponibilizado os serviços de um dos seus mais altos assessores sobre questões constitucionais.

14. A importância da recolha de armas especialmente em Anjouan, para garantir a segurança pessoal durante os preparativos e realização do referendo constitucional e das eleições gerais não precisa de ser enaltecido. O Órgão Central poderá querer notar a necessidade premente de fundos para apoiar este projecto. O Banco Mundial já prometeu cerca de 800 mil dólares, para só para a re-inserção dos jovens que é uma parte do projecto e o Banco Africano para o Desenvolvimento indicou que iria disponibilizar 700 mil dólares para os vários projectos de formação e construção de capacidades.

15. Existem divergências de pontos de vista entre o Banco Mundial e as autoridades comorianas que continuam a persistir em relação a esta questão particular. Segundo as autoridades comorianas, o Banco Mundial escolheu uma ONG internacional (CARE Internacional) para executar o projecto de re-inserção dos jovens e indicou que esta actividade só começaria depois da recolha de todas as armas. Todavia, as autoridades das Comores, particularmente a Autoridade em Anjouan, defendem que a re-inserção dos jovens deve ter lugar antes ou, pelo menos ao mesmo tempo que a recolha de armas. Eles realçam que uma vez que a posse de uma arma tornou-se numa fonte de rendimento, devem ser oferecidas fontes alternativas aos portadores de armas antes destes serem instados a entregar as armas em sua posse.

16. Por seu turno, e considerando a gravidade do problema, o Secretariado Geral solicitou e obteve do Governo sul-africano a aprovação para a designação de um oficial militar/inteligência para ser enviado às Comores, sob os auspícios da OUA, e logo que a sua Comissão de Recolha de Armas tiver sido estabelecida, este perito deverá assistir as partes comorianas na execução deste projecto. Eu gostaria de reiterar a gratidão da OUA ao Governo da África do Sul por ter disponibilizado este Perito e pelo seu envolvimento continuado na consolidação do processo de reconciliação nas Comores e do retorno do país à ordem constitucional.

17. O Órgão Central estará recordado que, em resposta ao apelo lançado pela OUA aos Estados Membros e à Comunidade Internacional no sentido de assistir na implementação do Acordo-Quadro, a África do Sul, Madagáscar, Maurícias e Moçambique fizeram ou prometeram contribuição financeiras para o processo de implementação e assistência humanitária. Estas contribuições complementaram o montante já disponibilizado pelo Secretariado Geral para facilitar o processo de implementação e providenciar a assistência humanitária à Anjouan.

18. Em relação à questão urgente da recuperação económica e do desenvolvimento sócio-económico das Comores, o Secretariado Geral da OUA e o Governo das Maurícias estão a trabalhar no sentido da convocação de uma Conferência de Doadores sobre as Comores, durante o primeiro trimestre de 2002. Além disso, e conforme mencionado anteriormente no presente relatório, uma reunião informal dos Amigos das Comores teve lugar em Paris, em 5 de Julho de 2001, sob os auspícios do Governo das Comores, com a assistência do Banco Mundial. A reunião tinha como objectivo mobilizar fundos para os programas de redução da pobreza, bem como para os processos de descentralização e reconciliação. No final da reunião, foram feitas promessas no valor de 11,7 milhões de dólares. Elas incluem uma linha de créditos de um milhão de dólares feita pelo Governo das Maurícias; 1,5 milhões de dólares prometidos pela União Europeia em apoio à redução da pobreza e do processo eleitoral; 700.000,00 \$EU prometidos pelo Banco Africano de Desenvolvimento para a redução da pobreza e construção de capacidades no sector financeiro; 400.000,00 \$EU prometidos pela Francofonia e 6,8 milhões de dólares prometidos pelo Banco Mundial, dos quais 6 milhões serão afectados para financiar o programa de emergência e 800.000,00 \$EU para o projecto de re-inserção dos jovens. A Liga dos Estados Árabes anunciou uma contribuição de cerca de 10 milhões de dólares, feita na Cimeira de Aman, parte da qual já foi desembolsada.

III. **Resultados da Missão da OUA às Comores**

19. Conforme indicado anteriormente, uma delegação da OUA deslocou-se às Comores de 23 a 28 de Julho de 2001, em conformidade com o pedido formulado pelos Ministros dos países da região e pela Tróika da OUA durante a sua reunião informal em Lusaka, em 5 de Julho de 2001. A missão tinha como objectivo aproveitar o ímpeto suscitado pela visita ministerial às Comores que teve de 4 a 7 de Junho de 2001 e incluiu os representantes da África do Sul, Madagáscar e Zâmbia.

20. Durante a sua visita, a delegação da OUA registou que a despeito das alegações da existência de alguns elementos da ala separatista em todas as três Ilhas, incluindo Mayotte, todas as forças políticas, bem como a sociedade civil continuavam engajadas a favor da unidade e da integridade territorial às Comores. Existe um sentimento geral de que o processo de implementação está a avançar, visto que quase todas Comissões e Sub-Comissões estão em funcionamento, apesar de enfrentarem algumas dificuldades.

21. A missão da OUA foi igualmente informada que para reforçar a unidade nacional, o Governo comoriano, durante a reunião dos Amigos das Comores que teve lugar em Paris, se tinha comprometido a saldar a dívida externa do país, cerca de 60% da qual foi de acordo com o Governo utilizada em projectos em Anjouan. O Governo informou igualmente à delegação que tinha pago os salários dos funcionários públicos em Anjouan relativos aos dois meses que precederam o desencadear da crise separatista em Agosto de 1997 e que despende em média 36 milhões de Francos comorianos por mês em salários em Mohel, enquanto que a Ilha só contribui 4 milhões de Francos comorianos por mês para o tesouro nacional.

22. O Primeiro Ministro das Comores, o Sr. Hamada Madi Bolero, informou à delegação sobre as negociações em curso com Anjouan em relação às modalidades para a constituição de um Governo Provisório de Unidade Nacional. Segundo ele, entre as questões em consideração, destacam-se:

- i) a fórmula de afectação de postos ministeriais para as três ilhas;
- ii) a designação de alguns Ministros em Mohel e Anjouan;
- iii) a criação do posto de Vice-Ministros.

23. A delegação da OUA registou igualmente que todas as partes reconhecem a necessidade de as ilhas gozarem de uma relativa autonomia do Governo Central que lhes permita responder às necessidades e expectativas das suas próprias populações. Todavia, elas insistem que a autonomia das ilhas não deve conduzir à partição do país e que ela deve ser exercida no quadro do respeito pela unidade e integridade territorial no país.

24. A este respeito, a maioria das partes comorianas realçou que preferia o estabelecimento de um Governo Central com poderes suficientes para preservar a unidade e a integridade territorial no país, ao mesmo tempo que garante uma maior autonomia às ilhas. Alguns consideraram que os poderes definidos para a Nova Ensemble Comoriana, de acordo com o Acordo-Quadro, devem ser apenas os que devem ser exercidos pelo Governo Central. Outros, todavia, acreditam que esta é uma estratégia por parte de alguns elementos da ala separatista para escamotear as suas reais intenções.

25. Todas as partes comezainas reconheceram à delegação da OUA e o calendário estabelecido no Acordo-Quadro não pode ser respeitado e atribuem a demora fundamentalmente à falta de recursos. A Oposição e a Sociedade Civil defenderam de uma forma geral que o calendário poderia ser acelerado para que as eleições sejam realizadas no primeiro trimestre de 2002. Em sua opinião, o projecto da Constituição poderia ser concluído em finais de Agosto de 2001; o referendo poderia realizar-se em finais de Setembro de 2001 e o Governo Provisório de Unidade Nacional formado em 7 de Outubro de 2001. Todavia, o Governo e a Autoridade de Anjouan defendem que poderá ser necessário um calendário mais alargado. Acima de tudo, existe um fraco consenso de que o referendo constitucional poderia ser organizado em finais de 2001, as eleições gerais durante o primeiro trimestre de 2002 e as novas instituições estabelecidas até Junho de 2002.

26. Relativamente à recolha de armas, foi recordado que uma Comissão sobre Questões de Defesa foi estabelecida pelo Governo das Comores no último trimestre de 2000 para identificar, em estreita colaboração com a Autoridade de Anjouan, as armas existentes naquela região e as modalidades para a sua recolha. A Comissão, que é constituída por oficiais de exército de Anjouan e das Grandes Comores, reuniu-se em Anjouan para este efeito, mas não voltou a reunir-se desde Fevereiro de 2001. Foi manifestado um ponto de vista nos termos do qual, uma vez que a informação necessária sobre a questão já tinha sido recolhida pelos peritos militares comorianos, os peritos internacionais em recolha de armas e desarmamento deveriam ser recrutados imediatamente para assistir neste exercício.

27. Todas as partes identificaram a falta de recursos como a principal razão de não funcionamento efectivo dos instrumentos de implementação. O Governo indicou que uma solução seria a de todos os instrumentos de implementação estarem sediados num único local para simplificar a logística e reduzir os custos financeiros. Segundo os representantes do Governo, um ou dois edifícios governamentais poderiam ser disponibilizados para o efeito. O Governo indicou igualmente que a primeira prestação (6 milhões de dólares) dos fundos do Banco Mundial poderia ser disponibilizada em Agosto de 2001. Parte do dinheiro seria utilizado para financiar o processo de implementação.

28. O Governo, a oposição e a sociedade civil referiram-se à necessidade de as partes receberem garantias, a medida que a crise vai sendo resolvida. Não foram apresentadas quaisquer especificidades quanto a essas garantias, parecem girar em torno das questões de recolha de armas e da re-inserção dos jovens. Foi feita igualmente referência a algumas formas de garantias políticas para alguns elementos da classe política na actual dispensação.

29. Todas as partes reconheceram o papel central da OUA na resolução da crise nas Comores. Elas realçaram igualmente que a crise no país tem as suas raízes na pobreza extrema que afecta o país. O processo eleitoral e de retorno do país à ordem constitucional devem, por conseguinte, estar intimamente associados aos esforços de redução da pobreza e que a instabilidade política deve ser resolvida ao mesmo tempo que a instabilidade financeira e económica. A este respeito, foi realçado que o elemento principal para o sucesso dos esforços em curso é a Constituição.

30. Os parceiros da OUA realçaram igualmente a necessidade de coordenação de esforços por parte da comunidade internacional e de se encontrarem as melhores formas para racionalizar o processo de implementação. Eles aprovaram igualmente a proposta da OUA relativa à convocação o mais rapidamente possível, de uma reunião de coordenação a nível ministerial, entre os países da região, os parceiros internacionais da OUA envolvidos nas Comores e qualquer outro país interessado no processo.

31. Em geral, o consenso emergiu entre os parceiros da OUA em torno dos seguintes elementos: -

- i) a mobilização da logística deve iniciar em Agosto de 2001;
- ii) o recenseamento da população deve iniciar em Setembro de 2001;
- iii) o projecto da Constituição deve ser concluído até finais de Setembro de 2001;
- iv) o referendo deve ter lugar em Novembro/Dezembro de 2001;
- v) o Governo Provisório de Unidade Nacional deve ser constituído em Novembro/Dezembro de 2001; e
- vi) as eleições gerais devem ser organizadas a partir de Março de 2002.

32. Durante as suas consultas com todas as partes, a delegação da OUA insistiu na necessidade de os parceiros manterem o diálogo e o espírito de acomodação mútua. Ela reiterou a convicção da OUA de que a responsabilidade principal na resolução da crise nas Comores cabe em primeiro lugar aos próprios comorianos. A OUA e a comunidade internacional em geral estão preparadas a apoiar os esforços das partes comorianas mas não podem substituí-las. Esta foi a mensagem central transmitida aos principais actores nas Grandes Comores, em Moheli e em Anjouan.

IV. **Desenvolvimentos Recentes**

33. Na altura em que este relatório estava a ser elaborado, o Secretariado Geral recebeu informações ligadas a um levantamento do exército e da polícia em Anjouan. Segundo informação disponível, o levantamento que teve início em 7 de Agosto de 2001, teve a sua base na insatisfação por parte de alguns agentes da lei e da ordem na Ilha em torno do que consideraram promoções injustas decididas pelo Coronel Abeid, em 3 de Agosto de 2001. Estes soldados protestavam igualmente contra o não pagamento pela Autoridade de Anjouan dos seus salários mensais. Deve ser recordado que Anjouan está confrontada com um enorme volume de atrasos salariais no funcionalismo público e no exército, de cerca de 30 meses, de acordo com estimativas. Durante os seus protestos, os elementos do exército e da polícia Anjouanenses encerraram o Aeroporto e o Porto Marítimo e tomaram de assalto o depósito de combustíveis em Mutsamudu.

34. Na manhã de 8 de Agosto de 2001, foram recebidas informações de que a calma tinha retornado a Anjouan e que o levantamento militar tinha terminado. Todavia, no princípio da tarde do mesmo dia, novas informações davam conta de renovados motins e da possibilidade de um golpe contra o Coronel Abeid.

35. Depois de receber a confirmação do "golpe" na mesma tarde, o Secretário Geral emitiu um comunicado do qual deplorou a evolução da crise na Ilha e o facto de que um tal desenvolvimento, se não for devidamente controlado, poderia causar mais instabilidade nas Comores, particularmente nesta fase em que os seus líderes e a população geral estão mobilizados nos esforços da reconciliação nacional, defesa da unidade e da integridade territorial das Comores, o retorno do país à ordem constitucional e governação democrática, bem como recuperação económica e desenvolvimento. Eu realcei igualmente o processo de reconciliação em curso, que foi firmemente apoiado e defendido pela Organização da Unidade Africana, com a assistência da comunidade internacional, não deveria sofrer um revés, por causa dos acontecimentos em Anjouan. O Secretário Geral reiterou o engajamento da OUA no sentido de assegurar que o actual processo de reconciliação seja rapidamente implementado e em estrita observância do Acordo-Quadro para a reconciliação nas Comores de 17 de Fevereiro de 2001, que lança um apelo a todas as partes comorianas e à comunidade internacional em geral no sentido de considerarem o quadro mais viável para a restauração da unidade e da integridade territorial das Comores, o retorno do país à ordem constitucional e a construção de um sistema de democracia participatória e inclusivo.

36. A fim de assegurar uma resposta internacional coordenada à situação em Anjouan, foram mantidas igualmente consultas com Secretário Geral da Organização Internacional da Francofonia, o Dr. Boutros Boutros Ghali, sobre a evolução da situação em Anjouan. Houve um acordo sobre a relevância e a importância da sustentação dos esforços em curso para implementar o Acordo-Quadro para a reconciliação nas Comores. A este respeito, o Secretário Geral apelou à comunidade internacional em geral, particularmente a todos os parceiros da OUA envolvidos nas Comores, para que continuem a assistir as autoridades e o povo comorianos nos seus esforços para implementar o Acordo-Quadro e assegurar um rápido retorno do seu país à ordem constitucional.

37. O “golpe” contra o Coronel Abeid tem consequência imprevisíveis sobre a frágil estabilidade das Comores. O seu impacto sobre o processo de reconciliação nacional ainda não é conhecido. Porém, o Órgão Central poderá estar interessado em notar o facto de que o Comité de Acompanhamento, que se encontrava reunido em Moheli na altura do “golpe”, tinha suspenso a sua sessão. Coincidentemente, foi durante essa sessão que o projecto de Constituição para a Nova Ensemble Comoriana, preparado por um equipa de peritos internacionais e nacionais sobre questões constitucionais deveria ser discutido.

38. Na altura em que este relatório estava sendo finalizado, a Comissão Político-Militar de Transição, isto é, a nova direcção militar em Anjouan, tinha formado um triunvirato presidido conjuntamente pelos três oficiais da polícia que tinham assumido o controlo da Ilha por um período de transição cuja duração foi determinada em conformidade com o calendário estabelecido pelo Acordo-Quadro para a conclusão do processo de reconciliação nas Comores. A Comissão Político-Militar de Transição reafirmou igualmente o seu engajamento em relação ao Acordo-Quadro e em relação à sua implementação. Ela enfatizou a necessidade de todas as 10 Comissões e Sub-Comissões prosseguirem o seu trabalho e exortou todos os anjouanenses que participam nos órgãos de implementação para que continuem a fazê-lo. Entretanto, algumas agências noticiosas informaram que, desde a eclosão do levantamento, o Coronel Said Abeid abandonou Anjouan para Mayotte.

V. **Observações**

39. Todas as partes comorianas reafirmaram o seu engajamento para com o Acordo-Quadro e sua implementação. Quase todos os instrumentos de implementação previstos no Acordo-Quadro foram estabelecidos e estão em funcionamento. Em particular, deve ser notado que o Comité de Acompanhamento procurou dirigir o processo de elaboração da Constituição, através da geração de um consenso sobre os parâmetros para a Nova Ensemble Comoriana, bem como a disposição expressa por todas as partes comorianas no sentido de obterem a assistência de peritos internacionais para o processo de elaboração da Constituição.

40. Sérias dificuldades, incluindo a escassez de recursos e os recentes acontecimentos em Anjouan, podem impedir a rápida implementação do Acordo-Quadro.

41. Existe um sentimento de desconfiança profunda entre a classe política comoriana, em particular no que respeita as motivações políticas dos partidos sobre o futuro do país. Frequentes alegações de falta de sinceridade e de engajamentos genuínos para com o processo de reconciliação conjugado com um sentido de exclusão nomeadamente por parte da oposição e por alguns representantes da Moheli, reforçaram de alguma forma a atmosfera de desconfiança e suspeita.

42. Os parceiros da OUA estão prontos, disponíveis e preparados para trabalhar com a OUA, entanto que co-coordenadora, para ajudar os comorianos a avançarem rápida e resolutamente com o processo de implementação.

VI. **Conclusão**

43. Conforme este relatório tornou claro, é óbvio que o processo de reconciliação nas Comores atravessa ainda sérias dificuldades. O Órgão Central deve, por conseguinte, continuar a prestar o seu forte apoio aos esforços dos países da região e da Tróika da OUA, procurando encorajar a todas as partes comorianas no sentido de continuarem a implementar o Acordo-Quadro e a assegurar a restauração da unidade e da integridade territorial das Comores, assim como o rápido retorno do país à ordem constitucional e à governação democrática.

44. À luz do que precede, apresentam-se as seguintes recomendações à consideração do Órgão Central:

- i) Considerando a falta de recursos adequados para financiar a implementação do Acordo-Quadro, o Órgão Central deve exortar os Estados Membros a fazerem contribuições voluntárias ao Fundo da OUA para a Paz, a fim de assegurar que o processo de reconciliação nas Comores não seja minado por falta de fundos;
- ii) A importância da implementação da decisão sobre a recolha de armas não deve ser subestimada, visto que ela vai providenciar garantias em termos de segurança a todos os cidadãos comorianos, durante o referendo e as eleições gerais. O Órgão Central é solicitado a lançar um apelo a todos os Estados Membros e à comunidade internacional, no sentido de providenciarem os meios e financiamentos necessários às autoridades

comorianas, a fim de lhes permitir proceder à recolha de armas, no quadro do exercício internacionalmente supervisionado, o mais rapidamente possível.

- iii) Considerando o elevado nível de pobreza nas três Ilhas, a escassez de recursos económicos e os profundos problemas sócio-económicos enfrentados pelas Comores, que estão no epicentro da crise no Arquipélago, o Órgão Central deve encorajar os esforços com vista à recuperação económica, redução da pobreza e desenvolvimento a longo prazo do país. A este respeito, deve ser lançado um apelo aos Estados Membros e à comunidade internacional para que participem activamente na Conferência de Doadores para as Comores, cuja realização está prevista para as Maurícias durante o primeiro trimestre de 2002.